

Penúltima versão – 09 de março de 2019

A ser publicado como capítulo do livro *Ciência e Conhecimento*
(Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, sem data),
editado por Gerson Albuquerque e Giovanni Rolla, p. 101–123.

A memória episódica, o problema da cotemporalidade, e o senso comum

César Schirmer dos Santos

cesar.santos@ufsm.br

Universidade Federal de Santa Maria

Abstract: Direct realists about episodic memory claim that a rememberer has direct contact with a past event. But how is it possible to be acquainted with an event that ceased to exist? That's the so-called *cotemporality problem*. The standard solution, proposed by Sven Bernecker, is to distinguish between the occurrence of an event and the existence of an event: an event ceases to occur without ceasing to exist. That's the eternalist solution for the cotemporality problem. Nevertheless, some philosophers of memory claim that the adoption of an eternalist metaphysics of time would be too high a metaphysical price to be paid to hold direct realist intuitions about memory. Although I agree with these critics, I will try to show two things. First, that this kind of “common sense argument” is far from decisive. Second, that Bernecker's proposal remains the best solution to the cotemporality problem.

Resumo: Os realistas diretos sobre a memória episódica alegam que um sujeito que lembra está em contato direto com um evento passado. No entanto, como seria possível estar em contato direto com um evento que deixou de existir? Este é o assim-chamado *problema da cotemporalidade*. A solução padrão para este problema, a qual foi proposta por Sven Bernecker, consiste em distinguir entre, por um lado, a ocorrência de um evento, e, por outro lado, a existência de um evento, de modo que um evento deixa de ocorrer sem deixar de existir – esta é a *solução eternista* para o problema da cotemporalidade. No entanto, alguns filósofos da memória – notadamente Kourken Michaelian – alegam que a adoção de uma metafísica eternista do tempo seria um preço metafísico muito alto a ser pago para se defender as intuições dos realistas diretos sobre a memória. Ainda que eu concorde com essas críticas, buscarei mostrar duas coisas. Primeiro, que este tipo de “argumento do senso comum” não é decisivo. Segundo, que a proposta de Bernecker permanece sendo a melhor solução para o problema da cotemporalidade.

Introdução

Este capítulo diz respeito ao assim-chamado *problema da cotemporalidade*, o qual diz respeito ao objeto intencional da memória episódica (Bernecker 2008, 68–71). Indo direto ao ponto, este problema diz respeito a um conflito entre a tese que a memória é sobre o passado e a tese que o passado não existe. Veremos que a principal solução para este problema é adotar uma metafísica eternista do tempo. No entanto, alguns críticos – notavelmente, Kourken Michaelian – veem o eternismo como uma teoria que é tão afastada do senso comum que se torna problemático adotá-la como solução. Com respeito a essa crítica, alegarei que sim, as pessoas comuns resistiriam ao eternismo, mas eu acrescentaria a informação que o problema, para o senso comum, não é o eternismo por si mesmo, mas sim o

estilo sofisticado de argumentação de qualquer teoria complexa, incluindo alternativas ao eternismo como solução ao problema da cotemporalidade.

Procederei da seguinte maneira. Na seção 1 eu explico porque o problema da cotemporalidade diz respeito, especificamente, à memória episódica, sem afetar outras variedades de memória. Na seção 2, apresento o problema da cotemporalidade como uma questão relacionada à disputa clássica entre realistas diretos e indiretos (representativos). Na seção 3 eu debato, brevemente, a tese que todos os tipos de pensamento episódico tem o mesmo tipo de objeto intencional. Na seção 4 eu respondo a algumas questões relacionadas à solução eternista para o problema da cotemporalidade. Na seção 5, introduzo algumas citações de David Hume e Thomas Reid para mostrar duas coisas. Primeiro, que tanto realistas diretos quanto realistas indiretos sobre o objeto intencional da memória episódica podem alegar que estão próximos de certas visões do senso comum. Segundo, que isso não significa que uma ou outra dessas posições esteja claramente associada ao senso comum. Na seção 6, trato da natureza intrinsecamente superficial do senso comum. Alegarei, a partir da pesquisa empírica de Clifford Geertz, que o senso comum é caracterizado pela praticidade e pela ausência de método. Na seção 7, explico como o eternismo pode ser uma solução para o problema da cotemporalidade.

1. Tipos de memória

Este capítulo é sobre o objeto intencional de uma memória episódica. Há muitos tipos de memória. Alguns tipos de memória são cognitivos, enquanto outros tipos de memória são não-cognitivos, implícitos, ou procedurais (Michaelian 2016, 30). Nossa investigação diz respeito apenas a uma única variedade cognitiva de memória. Há duas variedades principais de memória cognitiva: memória episódica e memória semântica. Levando em conta que a

memória semântica diz respeito a fatos aprendidos no passado pessoal, e que fatos podem ser avaliados como sendo verdadeiros ou falsos, a questão sobre o objeto intencional de uma memória semântica é relativamente simples de se responder: uma memória semântica de p é sobre o fato (verdadeiro) que p. No entanto, a resposta à questão sobre o objeto intencional de uma memória episódica é mais complexa. Memórias episódicas “[...] frequentemente envolvem detalhes requintados, assim como perspectiva, imagens e emoções” (Robins 2017, 77, minha tradução¹). Sendo este o caso, o objeto intencional de uma memória episódica não é – ou, ao menos, não é de uma maneira simples e direta – um fato exprimido através de uma proposição:

A natureza das representações envolvidas na memória episódica individual e no pensamento episódico futuro é uma questão complexa, mas é razoavelmente claro que estas não são (ou não são totalmente) proposicionais. [...] Proposições não podem acomodar nem detalhe sensorial, nem estrutura temporal. (Michaelian e Sutton 2017b, minha tradução²)

Se o objeto intencional de uma memória episódica não é (puramente) proposicional, então o que ele é? Os melhores candidatos entre as muitas variedades de entes – indivíduos (objetos e eventos), propriedades e fatos – são os eventos. Mas, que tipo de evento? Esta questão se coloca porque há ao menos dois bons candidatos a objeto intencional de uma memória episódica: (1) o evento passado e objetivo que originou os detalhes sensoriais subjetivos

¹ “[...] often involve exquisite detail, as well as perspective, imagery, and emotion” (Robins 2017, 77).

² “The nature of the representations involved in individual episodic memory and episodic future thought is a complex question, but it is fairly clear that these are not (or not wholly) propositional. [...] Propositions can accommodate neither sensory detail nor temporal structure.” (Michaelian and Sutton 2017b)

experienciados no presente e (2) o evento presente e subjetivo da experiência de detalhe sensorial, perspectiva, imagens e emoções (Fernández 2017, 89). Uma *realista direta* sobre o objeto intencional de uma memória episódica defende que o evento passado é o objeto intencional de uma memória episódica e constitui, parcialmente, o conteúdo de uma memória episódica (Debus 2008). Uma *realista indireta* ou *representativa* sobre o objeto intencional de uma memória episódica defende que o objeto intencional de uma memória episódica é uma representação presente de um evento passado.

Em suma, tendo em mente que o objeto intencional de uma memória episódica é um evento (em vez de um objeto, de uma propriedade, ou de um fato), o problema da cotemporalidade pode ser apresentado como uma disputa sobre a natureza do evento que é o objeto intencional de uma memória episódica. Há duas posições filosóficas principais sobre o objeto intencional de uma memória episódica: o *realismo direto*, segundo o qual o objeto intencional de uma memória episódica é um evento externo e passado, e o *realismo representativo e indireto*, segundo o qual o objeto intencional de uma memória episódica é um evento interno e presente.

2. Dois tipos de realismo

Realistas representativos sobre a memória alegam que o objeto intencional de uma memória episódica é uma representação interna que ocorre simultaneamente à situação de evocação da memória. De acordo com esta variedade de realismo, quando o agente S lembra do evento E, o objeto intencional da sua recordação é *uma representação presente de E em vez do evento passado E ele mesmo*. Se usamos a distinção entre o *veículo* e o *objeto intencional* de uma representação, o realismo representativo sobre a memória episódica significa que o veículo e o objeto intencional de uma recordação são ambos *presentes* em vez de *passados*, o que

significa que, segundo o realismo representativo, o que é lembrado não é o evento passado E, mas a representação presente de E.

Os realistas diretos sobre a memória episódica veem o realismo representativo como uma teoria inaceitável. Eles alegam que, se os objetos de nossas memórias são representações presentes, então a memória não nos conecta diretamente com o passado. Além disso, se a memória é sobre o presente, então a memória nunca pode ser acurada. Por causa desses problemas, os realistas diretos defendem que uma memória do evento E tem que ser *sobre* E – o que significa, para um realista direto, que o evento E ele mesmo constitui, ao menos parcialmente, o conteúdo da lembrança de E (Campbell 2002, cap. 6). O veículo da representação do passado pode ser presente, mas o objeto intencional de uma memória episódica é algo passado. O problema com o realismo representativo é que ele nos priva de todo contato mnêmico com o passado ele mesmo. A filósofa realista direta não aceita isso. Por causa da sua dificuldade em aceitar o realismo representativo, a filósofa realista direta alega que um agente S tem contato direto com o passado ele mesmo quando ela lembra do evento E:

Evidentemente, a principal questão em jogo é se essas imagens são realmente julgadas como sendo contemporâneas do processo de apreendê-las. Se não são, elas não devem ser presumidas existir no presente, e o princípio de parcimônia, se não alguma outra coisa, nos levaria a esperar que elas são simplesmente os eventos passados eles mesmos. Que elas são apreendidas no presente é além de qualquer questão, mas não segue dessa explicação que elas são existências presentes. [...] O homem comum, é verdade, é apto a ficar perplexo quando perguntado *onde* suas imagens-de-memória existem, e *quando* existem. [...] Mas o homem comum não confunde suas imagens

com seus perceptos, e seria de fato uma confusão muito grosseira se ele localizasse suas imagens no interior do espaço que ele percebe no momento de imagear. De fato, se ele fizesse isso, ele sofreria de alucinação. [...] Em outras palavras, qualquer um que tenha uma imagem-de-memória explícita literalmente se transporta na memória para o tempo e lugar da sua experiência original. (Laird 1917, 411–412, itálicos do autor, minha tradução³)

Quando S lembra de E, S está literalmente em contato direto, no presente, com o evento passado E. O problema é que não é óbvio como alguém pode estar em contato direto, no presente, com um evento que já deixou de existir. Este é o assim-chamado *problema da cotemporalidade* (Bernecker 2008, 68).

Como é possível, para uma agente, estar em contato direto, no presente, com um evento que deixou de existir? A principal solução, como veremos, é alegar que *o evento passado existe* – ainda que não esteja ocorrendo agora (Bernecker 2008, 71). A questão sobre a existência de eventos passado é um tópico da metafísica do tempo. São duas as principais teorias sobre a existência de eventos. Por um lado, as filósofas *presentistas* alegam que tudo o que existe são os objetos, as propriedades, os estados de coisas e os eventos presentes. Por outro lado, as filósofas *eternistas* alegam que os objetos, as propriedades, os estados de coisas e os eventos passados, presentes e futuros são igualmente reais *em qualquer momento*: “Um

³ “The main question at issue is evidently whether these images are really judged to be contemporaneous with the process of apprehending them. If not, they should not be presumed to exist in the present, and the principle of parsimony, if nothing else, would lead us to expect that they are simply the past events themselves. That they are apprehended in the present is beyond question, but it does not follow on that account that they are present existences. [...] The plain man, it is true, is apt to be puzzled when he is asked *where* his memory-images exist, and *when* they exist. [...] But the plain man does not confuse his images with his perceptos, and it would be a very gross confusion indeed if he localised his images within the space which he perceives at the time of imaging. Indeed, if he did so he would suffer from hallucination. [...] In other words, any one who has an explicit memory-image literally transports himself in memory to the time and place of his original experience.” (Laird 1917, 411–412, itálicos do autor)

bocado de existência passada é apenas este pedaço de existência passada para todo tempo. Porque é passado está seguro eternamente” (Laird 1917, 410, minha tradução⁴). O evento passado E, por exemplo, é real agora, o que significa que, aceito o eternismo sobre a natureza do tempo, a não-ocorrência no presente do evento E não é obstáculo para o contato direto de S com E. Tendo em mente estas duas teorias do tempo, podemos ver que o realismo direto sobre a memória episódica parece problemático apenas porque nós tacitamente pressupomos o presentismo, a visão sobre a natureza do tempo segundo a qual apenas os eventos existentes presentemente são reais. A solução é direta. Uma realista direto sobre a memória episódica tem que ser uma eternista sobre o tempo (Bernecker 2008, 71). Chamemos esta proposta de *a solução eternista*.

No entanto, nem todos os filósofos da memória que são simpáticos ao realismo direto estão contentes com a solução eternista. Kourken Michaelian e John Sutton, por exemplo, alegam que o eternismo pode ser uma solução “cara”:

O problema da cotemporalidade surge porque, ainda que o realismo direto alegue que o objeto direto de uma memória presente seja um evento passado, não há sentido óbvio no qual um sujeito possa agora estar diretamente relacionado a um evento passado. Bernecker (2008) argumenta que o problema da cotemporalidade pode ser evitado se aceitamos que eventos passados continuam a existir mesmo após terem ocorrido. Este pode, contudo, ser um preço metafísico alto a se pagar simplesmente

⁴ “A piece of past existence is just that piece of past existence for all time. Because it is past it is eternally safe” (Laird 1917, 410).

para respeitar intuições realistas diretas. (Michaelian e Sutton 2017a, minha tradução⁵)

Nesta passagem, a qual diz respeito ao realismo direto sobre o objeto intencional de uma memória episódica e à solução de Bernecker para o problema da cotemporalidade, Michaelian e Sutton alegam duas coisas. Primeiro, que não é óbvio o que *significa* dizer que há uma relação direta entre alguém que lembra e um evento passado. Segundo, que, por esta razão, a proposta de um contato direto com o passado requer argumentação teórica pesada. Tal como vejo a situação, estas duas alegações estão corretas. Mesmo sendo o caso que as pessoas comuns eventualmente possam alegar contato direto com eventos passados através da memória, não é evidente o que isso significa. A ideia de um contato direto com o passado é obscura. A possibilidade deste tipo de relação com o passado pode ser explicada pelo eternismo. Contudo, o eternismo está longe de ser uma teoria óbvia.

Com vistas a manter explicitamente unidas as partes deste texto, façamos um balanço parcial do que vimos e um resumo do que veremos. Na seção 1 nós vimos que há vários tipos de memória, e que o problema da cotemporalidade afeta apenas a memória episódica. Nesta segunda seção nós vimos duas coisas. Primeiro, que há duas variedades principais de realismo clássico sobre o objeto intencional de uma memória episódica: o realismo direto e o realismo representativo. Segundo, que a solução eternista para o problema da cotemporalidade parece requerer uma metafísica muito sofisticada – “cara”.

⁵ “The cotemporality problem arises because, while direct realism claims that the direct object of a present memory is a past event, there is no obvious sense in which a subject now might be directly related to a past event. Bernecker (2008) argues that the cotemporality problem can be avoided if we assume that past events continue to exist even after they have occurred. This may, however, be a high metaphysical price to pay simply in order to respect direct realist intuitions.” (Michaelian and Sutton 2017a)

Nas próximas seções procederemos da seguinte maneira. Nós veremos, na próxima seção, como Sant’Anna e Michaelian (2018) reconstróem a moldura para o debate sobre o objeto intencional de uma memória episódica. Na seção 4 veremos algumas questões relacionadas à solução eternista para o problema da cotemporalidade. Na seção 5 veremos algumas amostras do debate clássico entre realistas diretos e indiretos. Na seção 6 veremos alguns aspectos antropológicos do senso comum que são relevantes para a avaliação da solução de Bernecker – a solução eternista – para o problema da cotemporalidade. Na seção 7 veremos algumas respostas realistas diretas a algumas objeções realistas indiretas.

3. Pensamento episódico hipotético

Em um artigo recente, Sant’Anna e Michaelian (2018) reeditam o debate clássico sobre os objetos intencionais da memória episódica no contexto do debate contemporâneo sobre pensamento hipotético episódico e viagem no tempo mental. Uma análise detalhada da proposta de Sant’Anna e Michaelian está além do escopo do presente texto. Ainda assim, eu gostaria de – ainda que grosseiramente – situar a posição de Sant’Anna e Michaelian no contexto da discussão sobre o objeto intencional da memória episódica, o problema da cotemporalidade, e o senso comum. No entanto, não discutirei a solução pragmatista proposta por Sant’Anna e Michaelian porque este assunto está além do escopo do presente texto.

Sant’Anna e Michaelian veem a memória episódica como uma forma de *pensamento hipotético episódico* ou de *viagem no tempo mental* – as duas expressões significando o mesmo. O pensamento hipotético episódico é um gênero com quatro espécies: memória episódica, pensamento futuro episódico, pensamento contrafactual orientado-ao-passado e pensamento contrafactual orientado-ao-futuro. As variedades de pensamento hipotético episódico são distinguidas umas das outras pela orientação temporal e pelo status modal. Há

memória episódica quando S acredita que um pensamento episódico é sobre o passado no mundo atual. Há pensamento futuro episódico quando S acredita que um pensamento episódico é sobre o futuro no mundo atual. Há pensamento contrafactual orientado-ao-passado quando S acredita que um pensamento episódico é sobre o passado em algum mundo possível diferente do mundo atual. Por fim, há pensamento contrafactual orientado-ao-futuro quando S acredita que um pensamento episódico é sobre o futuro em algum mundo possível diferente do mundo atual. A memória episódica pode ser distinguida da falsa memória e da confabulação porque a memória genuína permite apenas inferências verdadeiras sobre eventos passados, a falsa memória permite algumas inferências verdadeiras sobre eventos passados e a confabulação permite apenas inferências falsas sobre eventos passados.

Sant'Anna e Michaelian alegam que a moldura clássica do debate sobre os objetos intencionais de memórias episódicas é inadequado para o debate sobre os objetos intencionais dos pensamentos episódicos em geral. O problema é duplo. Por um lado, o realismo direto é uma variedade de *relacionismo*: se S não está causalmente vinculado a E, então S não está lembrando de E. O problema é que não há relacionamento causal apropriado entre S e eventos futuros ou contrafatuais. Por outro lado, uma filósofa realista indireta alega que se S representa E apropriadamente, então S lembra de E. O problema é que representações são “silenciosas”, no sentido que “[...] elas não estabelecem suas próprias condições de satisfação (Sant'Anna e Michaelian 2018). Sendo este o caso, o espaço de investigação clássico sobre os objetos intencionais de memórias episódicas tem que ser substituído por uma nova moldura na qual a questão sobre os objetos intencionais de pensamentos hipotéticos episódicos em geral possa ser investigada apropriadamente.

Sant'Anna e Michaelian fazem duas alegações sobre a solução de Bernecker para o problema da cotemporalidade. Primeiro, que o eternismo não é “intuitivo”:

O eternismo é uma visão intuitivamente implausível. Alguns podem já estar convencidos do eternismo por razões independentes. Para estes, a solução eternista para o problema da cotemporalidade vem sem nenhum custo metafísico extra. Outros, é claro, não estão tão convencidos. Para alguns desses, o preço da solução pode parecer muito alto. (Sant’Anna e Michaelian 2018, minha tradução⁶)

Tratarei da questão acerca da intuitividade do eternismo na seção 7 deste texto. Segundo, que a solução de Bernecker se apoia na moldura clássica para o debate sobre os objetos intencionais de memórias episódicas. Mas a moldura clássica deixou de ser satisfatória. Logo, uma nova solução é requerida.

Com respeito à questão sobre os objetos intencionais dos pensamentos hipotéticos episódicos em geral, Sant’Anna e Michaelian defendem o *continuísmo*: a tese que todas as variedades de pensamento hipotético episódico têm o mesmo tipo de objeto intencional. Debus (2014) e Perrin (2016), em contraste, defendem o *descontinuísmo*: a tese que o tipo de objeto intencional de uma memória episódica é diferente do tipo – ou dos tipos – de objeto intencional de pensamentos futuros episódicos e de pensamentos contrafatuais (orientados-ao-passado ou orientados-ao-futuro) episódicos. Sant’Anna e Michaelian não apresentam nenhum argumento em defesa do continuísmo. Eles apenas o tomam por garantido:

⁶ “Eternalism is an intuitively implausible view. Some may already be convinced of eternalism for independent reasons. To them, the eternalist solution to the cotemporality problem comes at no extra metaphysical cost. Others, of course, are not so convinced. To some of these, the price of the solution may seem to be too high.” (Sant’Anna and Michaelian 2018)

Em psicologia [...] é cada vez mais dado de barato que a memória episódica só pode ser entendida adequadamente se for vista como uma instância, entre outras, de uma capacidade mais geral de simular episódios possíveis. Nessa visão, a memória episódica sobrepõe-se pesadamente a outras formas de pensamento hipotético episódico – também conhecidos como “viagem no tempo mental” – a cada nível, do neural ao fenomenológico. [...] vamos apenas tomar como certa a visão consensual de que a categoria mais geral do pensamento hipotético episódico é anterior à categoria mais específica da memória episódica. Essa visão sugere que a questão tradicional sobre os objetos da memória episódica deve ser substituída por uma nova questão: Quais são os objetos diretos do pensamento hipotético episódico? (Sant’Anna e Michaelian 2018, minha tradução⁷)

Embora seja um fato que a visão corrente na psicologia sugira que a moldura clássica para o debate sobre o objeto intencional de uma memória episódica tenha que ser substituída por uma moldura continuísta, a qual seria vantajosa para a discussão sobre a natureza dos objetos intencionais de pensamentos hipotéticos episódicos em geral, não parece que essa sugestão seja suficiente enquanto razão para a rejeição do descontínuísmo. Ainda assim, Sant’Anna e Michaelian apresentam, como uma razão contra o descontínuísmo, o fato que “[...] ele torna o que intuitivamente parece ser um fenômeno mental unificado em algo fundamentalmente

⁷ ‘In psychology [...] it is increasingly taken for granted that episodic memory can be adequately understood only if it is seen as one instance among others of a more general capacity for simulating possible episodes. On this view, episodic memory overlaps heavily with other forms of episodic hypothetical thought – also known as “mental time travel” – at every level from the neural to the phenomenological. [...] we will simply take for granted the consensus view that the more general category of episodic hypothetical thought is prior to the more specific category of episodic memory. This view suggests that the traditional question of the objects of episodic memory should be replaced with a new question: What are the direct objects of episodic hypothetical thought?’ (Sant’Anna and Michaelian 2018)

desunificado” (Sant’Anna e Michaelian 2018, minha tradução⁸). O problema é que, com essa postura, Sant’Anna e Michaelian cometem uma petição de princípio contra o descontinuísmo, pois ser descontinuísta é, exatamente, alegar que aquilo que parece ser um fenômeno mental unificado é algo fundamentalmente desunificado (Debus 2014).

Eu não tenho como, no escopo deste capítulo, escavar mais profundamente o artigo de Sant’Anna e Michaelian. Considerações sobre parcimônia sugerem que eles estão certos na busca de um gênero único de objeto intencional para todas as variedades de pensamento hipotético episódico. Ainda assim, uma mera sugestão baseada nas práticas de um importante grupo de pesquisadores não é suficiente contra uma teoria tal como o descontinuísmo. É preciso apresentar razões substantivas. Tendo em mente esta situação, nas próximas seções tratarei da questão sobre o relacionamento entre os objetos intencionais das memórias episódicas, o problema da cotemporalidade e o senso comum na moldura clássica. Eu concordo com Sant’Anna e Michaelian quando eles alegam que o eternismo pode ser uma solução aceitável – mas “intuitivamente implausível – para o problema do objeto intencional de uma memória episódica sem ser uma solução aceitável para o problema dos objetos intencionais de estados mentais episódicos em geral. Tendo este fato em mente, nas próximas seções eu voltarei à discussão do problema da cotemporalidade na moldura clássica para o debate sobre o objeto intencional de uma memória episódica.

4. Dois problemas

Segundo Sant’Anna e Michaelian, os principais problemas com a solução eternista para o problema da cotemporalidade, na moldura clássica para o debate sobre os objetos

⁸ “[...] makes what intuitively seems to be a unified mental phenomenon into something fundamentally disunified” (Sant’Anna and Michaelian 2018)

intencionais das memórias episódicas, são (1) que não há nada de óbvio na ideia que um agente que lembra está em contato direto com um evento passado e (2) que o eternismo não é intuitivo. Dadas essas duas razões, a solução eternista para o problema da cotemporalidade seria problemática, pois tornaria metafisicamente caro manter a intuição central por detrás do realismo direto. Chamemos estes dois problemas de *O Problema do Contato Direto com um Evento Passado* (PCDEP) e *O Problema da Implausibilidade Intuitiva do Eternismo* (PIIE).

- *O Problema do Contato Direto com um Evento Passado* (PCDEP): Não é óbvio que um agente que lembra esteja em contato direto com um evento passado.
- *O Problema da Implausibilidade Intuitiva do Eternismo* (PIIE): O eternismo é intuitivamente implausível como visão sobre a natureza do tempo.

Com respeito a (PCDEP), creio que há alguma verdade na alegação de que a ideia de um contato direto entre um agente que lembra e um evento passado é “não óbvia”, como Michaelian e Sutton alegam. Contudo, penso que a situação é mais complexa, pois os mesmos autores, no mesmo artigo, alegam que:

O realismo direto [...] alega que [...] quando alguém lembra, este alguém está, em primeira instância, relacionado aos eventos passados eles mesmos; portanto, esta é, talvez, a visão mais intuitivamente atraente sobre a natureza dos objetos da memória.
(Michaelian e Sutton 2017a)

Tal como a vejo, é justo interpretar esta passagem como dizendo que a visão de um agente que lembra como estando em contato direto com um evento passado é intuitiva. Parece justo interpretar uma relação de “primeira instância” entre um agente que lembra e um evento passado como contato direto entre agente que lembra e evento passado. O que não seria caridoso seria atribuir a Michaelian e Sutton, sem uma justificção, uma contradição. Visto que Michaelian e Sutton alegam que a ideia de um contato direto entre um agente que lembra e um evento passado é “não óbvia” e “a visão mais intuitivamente atraente”, eles parecem estar se contradizendo. Mas, será que eles estão se contradizendo? Na minha opinião, não. Penso que é um fato que o senso comum vai nas duas direções. Por um lado, há uma linha de pensamento do senso comum que nos faz concluir que a ideia de um contato direto entre um agente que lembra e um evento passado é muito intuitiva, mas, por outro lado, há outra linha de pensamento do senso comum que nos faz concluir que a ideia de um contato direto entre um agente que lembra e um evento passado não é óbvia. Se há uma contradição – e é claro que há –, a contradição está nas visões sustentadas pelo senso comum em geral. Isto é um problema para o senso comum? Novamente, não na minha opinião. Temos que lembrar que o senso comum não é uma doutrina. O senso comum pode ser desavergonhadamente “imetódico” (Geertz 1975). O ponto do senso comum é ser um repositório de sabedoria *prática* – em vez de *teórica* – facilmente aplicável a cada situação da vida, e a vida é multifacetada. De certa maneira, o senso comum *cultiva* a contradição – você tem que fruir o momento, mas você também tem que ser paciente; ninguém nunca é velho demais para aprender, mas um cusco velho não aprende novos truques – e tira sarro do acadêmico que aponta para a contradição mas não se dá conta da utilidade prática, em certo contexto, de um adágio que contradiz um provérbio (Geertz 1975). Sendo este o caso, Michaelian e Sutton não estão se contradizendo. Em vez disso, eles estão apontando para duas visões

contraditórias do senso comum sobre a relação entre um agente que lembra e um evento passado.

Todavia, somos acadêmicos. Para nós, uma contradição *teórica* tem que ser explicada. Como pode ser o caso que é e não é intuitivo que um agente que lembra está em contato direto com um evento passado? Penso que o paradoxo emerge do conflito entre quatro juízos independentemente plausíveis com respeito à questão geral sobre a relação entre um agente que lembra e um evento passado:

Realismo Mnêmico (RM): O que lembramos é real.

Acesso Mnêmico (AM): A memória nos dá contato direto com o passado.

Presentismo (Pres): Apenas eventos presentes são reais.

Representacionismo (Repr): Só podemos acessar diretamente o que é presente.

Creio que cada uma dessas quadro teses é independentemente plausível. A evidência em favor da minha crença é a simplicidade do discurso filosófico oferecido como justificação para cada uma dessas teses. Em alguns casos, não é apresentada teoria nenhuma. Em outros casos, a teoria proposta é, de fato, muito intuitiva. O Realismo Mnêmico (RM) é sustentado por todos aqueles que aceitam a possibilidade de verdade (ou algum outro tipo de acurácia semântica) na memória – e parece ser um truísmo que não é possível lembrar do que não aconteceu (Bernecker 2017, 52). Além disso, parece que “[...] estamos comprometidos, nas nossas maneiras comuns de conceitualizar o tempo, com a realidade do passado e do futuro”

(Bardon 2013, 86⁹). O Acesso Mnêmico (AM) parece ser, simplesmente, senso comum. Como Michaelian e Sutton disseram sobre o realismo direto, e eu já citei: “[...] quando alguém lembra, este alguém está, em primeira instância, relacionado aos eventos passados eles mesmos; portanto, esta é, talvez, a visão mais intuitivamente atraente sobre a natureza dos objetos da memória. (Michaelian e Sutton 2017a¹⁰). O Presentismo (Pres) parece ser comumente aceito. Afinal de contas, o passado deixou de existir, e parece que o futuro carece de ser, existência ou realidade agora. Além disso, usualmente muitos filósofos presumem, sem argumento, que o presentismo é a visão do senso comum sobre a natureza do tempo (Carroll e Markosian 2010, 181). O mero fato dos filósofos presumirem isso serve de evidência de que o Presentismo é intuitivo, e isso é suficiente para estabelecer nosso ponto em defesa da intuitividade de (Pres). O Representacionismo (Repr) não parece ser controverso – como uma vez escreveu William Hamilton, o editor das obras de Thomas Reid, o contato direto com um evento passado parece ser uma contradição (nota do editor William Hamilton em Reid 1857, 211).

Cada uma dessas quatro teses – (RM), (AM), (Pres) and (Repr) – é independentemente intuitiva e plausível. No entanto, a conjunção de todas essas teses parece formar um paradoxo. Se aquilo que lembramos é real (RM) e a memória nos dá acesso direto ao passado (AM), então é falso que apenas eventos presentes são reais e que podemos acessar diretamente apenas o que é presente – $\sim(\text{Pres})$ and $\sim(\text{Repr})$. Se apenas eventos presentes são reais (Pres) e podemos acessar diretamente apenas o que é presente (Repr), então o que lembramos é real (RM) se é presente, mas é falso que a memória nos dá acesso direto ao passado – $\sim(\text{AM})$. Outras combinações são possíveis, mas essas duas são suficientes para dar

⁹ “[...] we are committed, in our ordinary manner of conceptualizing time, to the reality of the past and future” (Bardon 2013, 86)

¹⁰ “[...] when one remembers, one is in the first instance related to past events themselves; it is thus perhaps the most intuitively appealing view of the nature of the objects of memory” (Michaelian and Sutton 2017a)

uma ideia do nosso problema. A primeira combinação – (RM), (AM), \sim (Pres) e \sim (Repr) – é similar a formas históricas de *realismo direto* sobre o objeto intencional de uma memória episódica. A segunda combinação – (Pres), (Repr), (RM) e \sim (AM) – é similar a formas históricas de *realismo indireto* ou *representativo* sobre o objeto intencional de uma memória episódica.

Agora dispomos dos elementos dos quais precisamos para lidar com (PCDEP). É “óbvio” e não é “óbvio” que um agente que lembra está em contato direto com um evento passado. Por um lado, parece óbvio que um agente que lembra está em contato direto com um evento passado porque (AM) é intuitivo: o que alguém lembra, quando lembra episodicamente, é passado em vez de presente, futuro ou atemporal. Além disso, (RM) é intuitivo: o que alguém lembra é real. Por outro lado, não parece óbvio que alguém que lembra está em contato direto com um evento passado porque (Pres) e (Repr) são intuitivos: parece ser de senso comum que apenas eventos presentes são reais e que podemos acessar apenas o que é presente.

É hora de investigar (PIIE). Michaelian e Sant’Anna alegam que uma solução eternista para o problema da cotemporalidade é “cara” porque o eternismo é intuitivamente implausível. Eles estão certo. De fato, o eternismo parece estranho. No entanto, não se segue da estranheza do eternismo que as pessoas comuns não acreditem na realidade de eventos passados e futuros. Como afirma McTaggart na abertura do seu artigo clássico “A Irrealidade do Tempo”, a realidade do tempo – incluindo eventos passados – é negada por filósofos e por místicos, mas não pelas pessoas comuns:

Indubitavelmente, parece altamente paradoxal afirmar que o Tempo é irreal, e que todas as declarações que envolvem sua realidade são errôneas. Tal afirmação envolve

uma partida muito maior da posição natural da humanidade do que aquela que está envolvida na afirmação da irrealidade do Espaço ou da irrealidade da Matéria. Uma ruptura tão decisiva com a posição natural não é para ser aceita levemente.

(McTaggart 2014, 747¹¹)

Nessa passagem, McTaggart aponta para o fato que as pessoas comuns acreditam na realidade do tempo – e o tempo, intuitivamente, é mais do que o presente. O tempo do senso comum tem extensão e duração – duas propriedades temporais que requerem mais do que o presente. É claro, a conclusão de McTaggart que o tempo é irreal é muito sofisticada para ser imediatamente aceita pelas pessoas comuns. Ainda assim, o diagnóstico de McTaggart está correto. As pessoas comuns acreditam na realidade do tempo.

O eternismo parece distante do senso comum. No entanto, as pessoas comuns acreditam em (AM): a memória nos dá acesso *direto* ao passado – o que significa que a proposta humeana de um acesso *indireto* ao passado é muito sofisticada. O senso comum não é sofisticado (Geertz 1975). As pessoas que não foram corrompidas pela filosofia acreditam em (RM): o que é lembrado é real – o que significa que o passado é real. Estas – (AM) e (RM) – são duas visões do senso comum sobre a memória que são consistentes com o eternismo. Sendo este o caso, porque o eternismo parece estranho? Proponho que, apesar do fato da compatibilidade entre os princípios fundamentais do eternismo e o senso comum, o eternismo parece estranho porque é uma *teoria* muito complexa, e as pessoas do senso comum orgulham-se de resistir a teorias (Geertz 1975). O eternismo é e sempre será esquisito

¹¹ “It doubtless seems highly paradoxical to assert that Time is unreal, and that all statements which involve its reality are erroneous. Such an assertion involves a far greater departure from the natural position of mankind than is involved in the assertion of the unreality of Space or of the unreality of Matter. So decisive a breach with that natural position is not to be lightly accepted.” (McTaggart 1908, 457)

para as pessoas comuns, mas o mesmo é verdadeiro para outras teorias complexas com implicações para a questão sobre a natureza dos objetos intencionais das memórias. Por exemplo, o presentismo, visto como uma teoria plenamente articulada, requer ou a negação de (RM) e (AM), ou explicações muito sofisticadas sobre nosso acesso seja a um passado irreal, seja a um passado que é, de alguma maneira, presente.

Poderia ser objetado, contra minha proposta, que nem todas teorias são rejeitadas pelas pessoas do senso comum pela simples razão de serem teorias. O presentismo, por exemplo, é uma teoria, mas as pessoas aceitam (Pres). Penso que esta objeção se encaminha para a direção certa. Sim, as pessoas tendem a aceitar teorias *simples*, tais como o presentismo, desde que essas sejam apresentadas como sendo constituídas por uma única tese intuitiva. Neste caso, aceitar uma teoria simples é aceitar uma tese do senso comum, e as pessoas do senso comum aceitam teses do senso comum. Ainda assim, as pessoas comuns se mostram mais resistentes para aceitar teorias *complexas* ou *articuladas* – mesmo quando é o caso que elas aceitam as bases intuitivas de uma teoria complexa. Sendo esse o caso, as pessoas comuns podem aceitar (Pres) facilmente, e rejeitar a articulação de (Pres) com a negação de (RM) e (AM). Essa diferença no comportamento é explicada pelo fato que o senso comum é um repositório de soluções fáceis para questões práticas (Geertz 1975). Teorias simples são fáceis, mas teorias complexas são difíceis – mesmo quando são acarretadas por teses do senso comum.

Logo, não há razão substantiva para rejeitar o eternismo como uma solução para o problema da cotemporalidade pelo mero fato do eternismo não ser “intuitivo”, pois qualquer *teoria* filosófica é distante das pessoas comuns, apesar do fato que várias teses filosóficas são compatíveis com alguns juízos do senso comum. O senso comum não é uma doutrina – como diz Clifford Geertz, o senso comum é “imetódico”. O senso comum não é uma religião – o objetivo do senso comum é a vida neste mundo, não a salvação da alma. O senso comum é o

que permanece como orientação simples e direta quando a religião, a ciência e a filosofia falham (Geertz 1975). Quando Michaelian e Sant’Anna rejeitam a solução eternista para o problema da cotemporalidade porque ela “não é intuitiva”, eles não estão apresentando nenhuma base *substantiva* para se rejeitar esta solução. É claro que esta solução não é óbvia – nenhuma solução *filosófica* ou teórica seria óbvia porque a “obviedade”, quando estamos falando sobre o senso comum, é uma característica de um estilo de pensamento (em contraste com um objeto intencional de um pensamento) que manifesta naturalidade, praticidade, superficialidade, “imetodicidade” e acessibilidade (Geertz 1975, 18). É simplesmente impossível propor uma teoria minimamente complexa e ser “óbvio” no sentido requerido pelo senso comum.

5. Os objetos da memória episódica

Como vimos, há dois tipos de realismo sobre o objeto intencional de uma memória. Por um lado, há o realismo representativo, posição exemplificada pela filosofia de David Hume na *Investigação* de 1748:

A mente nunca tem algo presente a si a não ser as percepções e, possivelmente, não pode obter qualquer experiência da sua conexão com os objetos. Por conseguinte, a suposição de uma tal conexão é desprovida de todo o fundamento no raciocínio.

(Hume 2013, seção 12, parte 1¹²)

¹² “The mind has never anything present to it but the perceptions, and cannot possibly reach any experience of their connexion with objects. The supposition of such a connexion is, therefore, without any foundation in reasoning.” (Hume 2016, Section XII, Part I)

De acordo com Hume, qualquer estado mental intencional é sobre a representação de um objeto, propriedade ou estado de coisas. Nenhum estado mental é diretamente sobre qualquer objeto representado. A teoria de Hume aplica-se globalmente a percepções, memórias e antecipações.

Por outro lado, há o realismo direto. Nothing could be more distant from Hume's position than Reid's proposal in his *Inquiry*, from 1764:

Suponhamos que, certa vez, e apenas uma vez, senti o cheiro de um nardo, que estava em certo cômodo, crescendo em um vaso e exalando um perfume muito agradável. No dia seguinte, relato o que vi e cheirei. Quando presto tanta atenção quanto me é possível ao se que passa em minha mente neste caso, parece evidente que a coisa que vi ontem e a fragrância que cheirei são agora os objetos imediatos de minha mente quando me lembro disso. Ademais, posso imaginar esse vaso e essa flor transportados para o cômodo em que estou sentado agora, e exalando o mesmo perfume. Aqui, igualmente, parece que a coisa individual que eu vi e cheirei é o objeto da minha imaginação. (Reid 2013, p. 36, cap. 2, seção 3¹³)

O experimento mental de Reid é sobre o objeto intencional da memória e da imaginação de S envolvendo uma propriedade particular (o gracioso perfume de um certo nardo em particular)

¹³ “Suppose that once, and only once, I smelled a tuberose in a certain room, where it grew in a pot, and gave a very grateful perfume. Next day I relate what I saw and smelled. When I attend as carefully as I can to what passes in my mind in this case, it appears evident that the very thing I saw yesterday, and the fragrance I smelled, are now the immediate objects of my mind, when I remember it. Further, I can imagine this pot and flower transported to the room where I now sit, and yielding the same perfume. Here likewise it appears, that the individual thing which I saw and smelled, is the object of my imagination.’ (Reid 1983, p. 14, Chapter 2, Section III)

experienciado por S apenas uma vez. Chamemos esta propriedade particular de *F*. Do que S se lembra quando ela lembra de *F*? O que S imagina quando ela imagina *F*? Usando o senso comum como método, Reid conclui que S lembra e imagina a propriedade *F* ela mesma. O que S tem presente para si, quando ela lembra ou imagina uma propriedade, é a propriedade ela mesma, não a representação de uma propriedade. O mesmo pode ser dito sobre a recordação ou imaginação de um objeto ou evento. O objeto intencional de um estado mental, factivo ou não, é o objeto real, a propriedade real ou o estado de coisas real em vez das suas respectivas representações.

Seria justo dizer que a aceitação da resposta de Reid ao seu próprio experimento mental sobre o perfume de um nardo exige que paguemos um altíssimo custo metafísico? Não, não seria. Reid alega estar apenas seguindo o senso comum, e é verdade que as pessoas em geral pensam que elas lembram dos eventos passados eles mesmos – esta é, simplesmente, a tese (AM). Não é nem óbvio, nem intuitivo para as pessoas em geral que não lembramos das próprias situações que vivenciamos em nossos passados pessoais, apesar do fato da tese (Repr) ser intuitiva. Para o senso comum, tudo o que acessamos é presente. Ainda assim, a *teoria* que a memória não nos dá acesso ao passado é muito sofisticada. Esta teoria entra em conflito com (AM). De modo que a teoria de Hume tem algum fundamento no senso comum, mas está longe de ser uma – o que oximoronicamente poderíamos chamar de – uma teoria do senso comum.

Em resumo, há uma disputa clássica entre dois tipos principais de filósofos realistas com respeito ao objeto intencional de uma memória. Por um lado, os realistas representativos reivindicam duas teses. Primeiro, que lembramos das representações de eventos em vez de lembrar dos eventos eles mesmos. Segundo, que a relação entre um agente e um evento lembrado é indireta, pois é mediada por uma representação. Cada um desses dois partidos desta disputa pode apelar para o senso comum como sendo o fundamento de algumas das

suas teses, mas nenhum dos partidos nesta disputa pode vencer o debate apenas apelando ao senso comum.

6. Uma questão de bom senso

Como eu disse anteriormente, alguns críticos do realismo direto sobre a memória episódica alegam que esta variedade de realismo direto requer uma metafísica do tempo muito distante do senso comum. Mesmo garantindo a consistência desta variedade de realismo direto com (RM) e (AM), duas teses do senso comum, a metafísica do tempo requerida por este tipo de realismo direto é eternista, e o eternismo parece ser “intuitivamente implausível”. Penso que estes críticos do realismo direto sobre a memória episódica estão certos quando eles dizem que esta variedade de realismo requer uma metafísica do tempo muito sofisticada. No entanto, tendo em mente que (Pres) está em conflito com (RM) e (AM), o presentismo não está em melhor situação. Há alguma outra alternativa? Não no espectro do debate clássico sobre realismo direto e indireto. Fora do escopo deste debate, Sant’Anna e Michaelian propuseram uma teoria pragmatista sobre o objeto intencional do pensamento episódico em geral, incluindo o objeto intencional de uma memória episódica. Eles defendem que o objeto intencional de uma memória episódica é um “objeto pragmático” (Sant’Anna e Michaelian 2018). A discussão desta proposta ultrapassa dos limites deste capítulo. No entanto, os autores eles mesmos reconhecem o caráter “não ortodoxo” e “não convencional” da proposta (Sant’Anna e Michaelian 2018). É claro, eles estão falando sobre o fato que o pragmatismo não é uma *teoria* das mais centrais. No entanto, eles não alegam que a proposta é de senso comum. Objetos pragmáticos estão “[...] imediatamente disponíveis à mente, não importando se existem, ou não” (Sant’Anna e Michaelian 2018¹⁴). Até onde vejo, isso significa que o

¹⁴ “[...] immediately available to the mind, regardless of whether they exist.” (Sant’Anna and Michaelian 2018)

pragmatismo de Sant'Anna e Michaelian não se compromete com (RM), (AM), (Pres) ou (Repr). Não está comprometido com (RM), pois um objeto intencional pragmático pode existir, ou não. Não está comprometido com (AM), pois não se defende que a memória episódica dá acesso direto ao passado. Não está comprometido com (Pres), pois não é defendido que apenas o presente existe. Finalmente, não está comprometido com (Repr), pois não é defendido que podemos acessar diretamente apenas o que é presente. Todas essas características da teoria dos objetos intencionais pragmáticos são evidência de que estes não podem ser debatidos na moldura do debate clássico sobre o objeto intencional de uma memória episódica. Por essa razão, não é possível, neste capítulo, apresentar meticulosamente os detalhes da proposta de Sant'Anna e Michaelian. Deixarei a investigação sobre a questão dos objetos intencionais pragmáticos para outra ocasião. Tudo o que posso sugerir, por ora, é que esta não parece ser uma proposta mais próxima do senso comum do que as propostas que se vinculam ao presentismo ou ao eternismo.

Voltando ao ponto central, sobre a relação entre intuições de senso comum e teorias filosóficas na moldura clássica para a discussão da questão sobre o objeto intencional de uma memória episódica, penso que nenhuma dessas duas principais teorias do tempo está em melhor situação do que a outra. O problema não diz respeito ao fato que algumas intuições presentistas ou eternistas possa ser fundamentada no senso comum. O problema é que, apesar do fato que as mais diversas teses filosóficas sobre a natureza do tempo possa ser suportada por intuições de senso comum, nenhuma *teoria* metafísica do tempo pode ser consistentemente atribuída às pessoas em geral. No que diz respeito à metafísica do tempo, não há *teoria* coerente que possa ser atribuída, sem qualificações, a pessoas não intoxicadas por filosofia. As pessoas aceitam (Pres) naturalmente: eventos presentes – em contraste com eventos passados e futuros – existem. Mas as pessoas também aceitam, sem reflexão, que elas lembram dos eventos eles mesmos que elas experienciaram no passado. Seria incorreto dizer

que o presentismo não tem base no senso comum, mas também seria correto dizer que o eternismo não tem base no senso comum. As pessoas pensam que elas têm acesso direto, através da memória, ao passado, e as pessoas aceitam facilmente (RM): o que lembramos é real, em contraste com aquilo que nós apenas imaginamos, e esses são fundamentos de senso comum para teses eternistas. Em síntese, há diversas teses populares sobre a natureza do tempo, mas não há *teoria* popular coerente sobre a natureza do tempo. Sendo este o caso, sempre é possível objetar a uma teoria da memória baseada em uma das principais teorias do tempo que ela está em desacordo com o senso comum. Mas esse tipo de crítica não é justa, pois sempre é possível fundamentar uma teoria da memória em algumas “teses” – presentistas ou eternistas – da filosofia popular do tempo.

Em resumo, não estou dizendo para desconsiderarmos o senso comum quando fazemos metafísica da memória ou metafísica do tempo. Uma teoria metafísica que despreze as intuições do senso comum enfrenta sérios problemas. A metafísica popular sempre é importante. Tudo o que estou dizendo é que, em alguns casos, intuições isoladas não são suficientes para desbancar uma teoria. Isso ocorre quando intuições sobre a natureza da realidade estão em conflito umas com as outras, e esse é o caso quando estamos falando sobre as intuições do senso comum sobre a natureza do tempo.

7. Realismo direto sobre a memória com eternismo

De acordo com o realismo direto, nós lembramos do passado ele mesmo, sem intermediários, pois estamos em contato direto com o passado ele mesmo. Sendo esse o caso, não temos que inferir da representação presente do evento passado E que E aconteceu no passado. O problema é: como é possível ter um contato direto, no presente, com um evento passado? Este é o problema da cotemporalidade (Bernecker 2008, 68–69). Nesta seção, tentarei

esclarecer (ao menos um pouco) a noção de *contato direto* requerida pelo realismo direto através da explicação metafísica das noções de *conhecimento imediato* e de *coexistência*. Arguirei que o contato direto no sentido de conhecimento imediato ou coexistência parece ser um problema para uma defensora do eternismo e do realismo direto sobre a memória episódica apenas se o presentismo é pressuposto – o que é uma petição de princípio.

Reid diz que, quando lembramos, estamos em contato direto com eventos passados. Como mencionei antes, seu editor William Hamilton discorda:

Um conhecimento *imediato* de uma coisa *passada* é uma contradição. Pois nós só podemos conhecer uma coisa imediatamente ou se a conhecemos nela mesma, ou *como existente*. Mas o que é passado não pode ser conhecido em si mesmo, pois é *inexistente*. Neste aspecto a memória difere da percepção. (Nota e itálicos do editor William Hamilton em Reid 1857, 211¹⁵)

O ponto de Hamilton é sobre o modo de ser dos eventos. Ele alega que apenas o que existe agora pode ser conhecido agora. Mas um evento passado não existe agora. Logo, um evento passado não pode ser conhecido imediatamente. O ponto de Hamilton não é (Repr) – não é sobre representações presentes como pontes metafísicas entre agentes e eventos passado. Ele não está defendendo que só se pode acessar coisas via representações. O ponto de Hamilton não é o ponto de Hume. O ponto de Hamilton é sobre a metafísica do tempo em vez da metafísica da intencionalidade. Hamilton está dizendo que há um problema metafísico para o

¹⁵ “An *immediate* knowledge of a *past* thing is a contradiction. For we can only know a thing immediately, if we know it in itself, or *as existing*; but what is past cannot be known in itself, for it is *non-existent*. In this respect memory differs from perception.” (Note and italics by the editor William Hamilton in Reid 1857, 211)

realismo direto mesmo que se aceite que o realismo direto de Reid esteja certo e que o realismo representativo de Hume esteja errado. O problema, de acordo com o ponto de Hamilton, é que existir, para um evento, é ser agora, e eventos passados deixaram de ser. Além disso, o ponto de Hamilton não é o ponto de Sant’Anna e Michaelian. Hamilton se preocupa com lógica – contradição – em vez de senso comum. Para Hamilton, conhecer imediatamente um evento passado “é uma contradição”. A contradição é que um evento passado é inexistente agora, mas o que é conhecido imediatamente é existente agora.

A solução, novamente, é o eternismo. Se os filósofos eternistas estão certos, então um evento passado não ocorre agora, mas existe agora. Para um evento, *ocorrer* antes ou depois de outro evento é uma coisa, mas *existir* é outra coisa. É por isso que é possível estar em contato direto com um evento passado.

Como pode um agente que lembra estar em contato direto com um evento passado? A solução proposta por Bernecker é eternismo sobre a natureza do tempo. Segundo o eternismo, eventos passados não deixam de existir após ocorrerem. Sendo este o caso, um contato direto com um evento passado é ao menos possível. Mas, como esse contato se dá? Por constituição metafísica. O evento passado E constitui a memória de E porque estar em um estado mental envolvendo uma réplica fenomenológica ou qualitativa de E que não fosse constituída pelo evento E não seria lembrar de E (Debus 2008; Campbell 2002, cap. 6).

Outro tipo de objeção ao realismo direto sobre a memória episódica diz respeito à *coexistência*:

Uma terceira implicação, creio, de “estar diretamente ciente”, no uso filosófico, é que se B está “diretamente” ciente de X, então B e X *coexistem*. [...] Esta implicação

dificulta qualquer interpretação da memória como uma maneira de estar diretamente ciente de algo. Embora possamos dizer que uma pessoa lembra de alguém que está bem na sua frente, também é verdade que falamos da lembrança da fogueira da semana passada ou do tremor de terra. Nem a fogueira arde agora, nem a terra treme agora. (Malcolm 1975, 5, *itálicos do autor*, minha tradução¹⁶)

Até onde vejo, *coexistência*, nesta passagem, significa *simultaneidade*, e o problema é que a fogueira da semana passada e a lembrança presente da fogueira da semana passada não são simultâneas. É claro, o realismo representativo de Hume resolve o problema: a representação presente da fogueira da semana passada e a recordação presente da fogueira da semana passada são simultâneas. Logo, elas podem coexistir de acordo com a visão de Malcolm sobre a natureza da coexistência. No entanto, a filósofa realista representativa tem que conceder que a memória da fogueira da semana passada é sobre a fogueira da semana passada, não sobre a representação presente da fogueira da semana passada, o que significa que a representação como um veículo pode ser presente, mas o evento é representado como sendo passado. A filósofa realista representativa pode responder que a fogueira da semana passada é representada como um evento passado *agora*, o que significa que o objeto intencional da representação é presente em vez de passado. A filósofa realista direta pode insistir que o fato que a fogueira da semana passada é mentalmente representada no presente é indubitável – mas isso não significa que a fogueira da semana passada exista no presente (Laird 1917, 412). A filósofa realista representativa teria que pagar um alto preço metafísico

¹⁶ “A third implication, I believe, of ‘direct awareness,’ in its philosophical use, is that if B is ‘directly’ aware of X, then B and X *coexist*. ... This implication makes hard sledding for any interpretation of memory as direct awareness. Although a person can be said to remember someone who is standing right before him, it is also true that we speak of remembering last week’s bonfire or earth tremor. The bonfire is not now burning nor the earth now trembling.” (Malcolm 1975, 5, *author’s italics*)

para explicar a lembrança da memória da fogueira da semana passada fazendo referência apenas a objetos, propriedades e estados de coisas presentes. (RM) teria que ser sacrificado, e (AM), que é uma tese de senso comum, teria que ser remodelado como um constructo teórico. Obviamente, a filósofa defensora do realismo direto também paga um alto preço metafísico – a distinção entre a *ocorrência* e a *existência* de um evento. Responder a questão sobre o objeto intencional de uma memória episódica não sai barato para nenhuma teoria. Ainda assim, a filósofa realista direta pode usar a solução eternista para resolver o problema da cotemporalidade.

O resultado desta seção é que o eternismo explica como o contato direto com o passado pode ser possível. Levando em conta que o resultado da seção anterior é que o senso comum é compatível com o presentismo e com o eternismo, nós dispomos de elementos suficientes para afirmar que não há “problema do senso comum” que afete exclusivamente a solução eternista com realismo direto para o problema da cotemporalidade porque (1) é intuitivo que lembranças são sobre eventos passados e (2) o fato que um evento passado não ocorre agora não impede a *existência* – seja presente, seja atemporal – de um evento passado.

Conclusões

O problema da cotemporalidade é sobre as consequências do realismo direto com respeito à memória episódica. (RM) é intuitivo: lembramos de um evento passado em vez de lembrarmos de uma representação presente de um evento passado. (Repr) é intuitivo: o que acessamos é presente. (AM) é intuitivo: a memória nos dá acesso ao passado. No entanto, a teoria que um agente está em contato direto – no presente – com um evento passado soa peculiar (Michaelian & Sutton 2017a).

Um evento passado existe? Esta é uma questão sobre a metafísica do tempo.

Infelizmente, a metafísica popular não nos conduz a uma teoria coerente para lidar com esta questão. Por um lado, as pessoas em geral acreditam que um evento que deixou de ocorrer deixou de existir – isto é (Pres). Por outro lado, as pessoas em geral acreditam que lembramos dos eventos passados em vez de lembrarmos das representações presentes de eventos passados – isto é (RM). Mas, para acreditar nisso em uma teoria articulada, você teria que pressupor que há eventos passados para ser lembrados.

Para lidar com esta questão, a metafísica do tempo das pessoas em geral não pode nos auxiliar. Temos que apelar a teorias filosóficas sobre a natureza do tempo. O presentismo não é uma boa opção para realistas diretos sobre a memória episódica por dois motivos. Primeira, porque o presentismo leva ao problema da cotemporalidade com respeito à memória episódica. Segundo, porque o presentismo não tem uma explicação simples para o fato que uma lembrança de um evento passado pode ser avaliada como acurada ou inacurada. Essas duas razões são à defensora do realismo direto uma razão para buscar uma alternativa ao presentismo – como, por exemplo, o eternismo. Mas há, também, razões positivas para que uma filósofa que defenda o realismo direto sobre a memória episódica defenda o eternismo. Primeiro, o eternismo explica como um evento passado pode estar disponível para ser representado intencionalmente. Segundo, o eternismo explica como um evento passado pode ser a base de avaliação da acurácia de uma memória episódica. Dadas essas razões, o eternismo é a melhor escolha para uma realista direta sobre a memória episódica.

Agradecimentos

Este texto é uma tradução do seguinte artigo:

Schirmer dos Santos, César. 2018. “Episodic Memory, the Cotemporality Problem,

and Common Sense.” *Essays in Philosophy* 19 (2). <https://doi.org/10.7710/1526-0569.1613>.

Agradeço aos editores pelo envolvimento da elaboração da versão final do artigo. Agradeço também a Patrícia Didone, Fabrício Dutra, Anilucia Mainardi, Glaupy Fontana Ribas, André Sant’Anna, Matheus Diesel Werberich pelos seus comentários a versões anteriores deste texto.

Referências

Bardon, Adrian. 2013. *A Brief History of the Philosophy of Time*. Oxford: Oxford University Press.

Bernecker, Sven. 2008. *The Metaphysics of Memory*. Dordrecht: Springer.

Bernecker, Sven. 2017. “Memory and Truth.” In *The Routledge Handbook of Philosophy of Memory*, editado por Sven Bernecker e Kourken Michaelian, 51–62. London: Routledge.

Campbell, John. 2002. *Reference and Consciousness*. Oxford: Oxford University Press.

Carroll, John W., e Ned Markosian. 2010. *An Introduction to Metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Fernández, Jordi. 2017. “The Intentional Objects of Memory.” In *The Routledge Handbook of Philosophy of Memory*, editado por Sven Bernecker e Kourken Michaelian, 88–100. London: Routledge.

Debus, Dorothea. 2008. “Experiencing the Past: A Relational Account of Recollective Memory.” *Dialectica* 62 (4):405–32. <https://doi.org/10.1111/j.1746-8361.2008.01165.x>.

Debus, Dorothea. 2014. “Mental Time Travel: Remembering the Past, Imagining the Future, and the Particularity of Events.” *Review of Philosophy and Psychology* 5 (3):333–50.

<https://doi.org/10.1007/s13164-014-0182-7>.

Geertz, Clifford. 1975. “Common Sense as a Cultural System.” *The Antioch Review* 33 (1):5–26. <http://www.jstor.org/stable/4637616>.

Hume, David. 2013. *Investigação Sobre o Entendimento Humano*. Traduzido por Artur Morão. Lisboa: Edições 70.

Hume, David. 2016. “An Enquiry Concerning Human Understanding.” *The University of Adelaide Library*. Adelaide. March 27, 2016.

<https://ebooks.adelaide.edu.au/h/hume/david/h92e/index.html>.

Laird, J. 1917. “Recollection, Association and Memory.” *Mind* 26 (104):407–27.

<http://www.jstor.org/stable/2249098>.

Malcolm, Norman. 1975. “Memory as Direct Awareness of the Past.” *Royal Institute of Philosophy Lectures* 9:1–22. <https://doi.org/10.1017/S0080443600000960>.

McTaggart, John Ellis. 1908. “The Unreality of Time.” *Mind* 17 (68): 457–74.

<http://www.jstor.org/stable/2248314>.

McTaggart, John Ellis. 2014. “A Irrealidade do Tempo.” Traduzido por César Schirmer dos Santos. *Kriterion* 130: 747–64. <https://doi.org/10.1590/S0100-512X2014000200017>.

Michaelian, Kourken. 2016. *Mental Time Travel: Episodic Memory and Our Knowledge of the Personal Past*. Cambridge: The MIT Press.

Michaelian, Kourken, e John Sutton. 2017a. “Memory.” *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. April 24, 2017. <https://plato.stanford.edu/entries/memory/>.

Michaelian, Kourken, e John Sutton. 2017b. “Collective Mental Time Travel: Remembering the Past and Imagining the Future Together.” *Synthese*, May. Springer Netherlands.

<https://doi.org/10.1007/s11229-017-1449-1>.

Perrin, Denis. 2016. “Asymmetries in Subjective Time.” In *Seeing the Future: Theoretical Perspectives on Future-Oriented Mental Time Travel*, editado por Kourken Michaelian, Stanley B. Klein, e Karl K. Szpunar, 39–61. Oxford: Oxford University Press.

Reid, Thomas. 1857. *Essays on the Intellectual Powers of Man: Abridged, with Notes and Illustrations from Sir William Hamilton and Others*. Editado por James Walker. 7ª ed.

Boston: Phillips, Sampson, and Company.

<https://archive.org/details/essaysonintelle02walkgoog>.

Reid, Thomas. 1983. “An Inquiry into the Human Mind on the Principles of Common Sense.” In *Inquiry and Essays*, editado por Ronald E. Beanblossom and Keith Lehrer. Indianapolis: Hackett.

Reid, Thomas. 2013. *Investigação Sobre a Mente Humana segundo os Princípios do Senso Comum*. Traduzido por Aline Ramos. São Paulo: Vida Nova.

Robins, Sarah K. 2017. “Memory Traces.” In *The Routledge Handbook of Philosophy of Memory*, editado por Sven Bernecker e Kourken Michaelian, 76–87. London: Routledge.

Sant’Anna, André, and Kourken Michaelian. 2018. “Thinking about Events: A Pragmatist Account of the Objects of Episodic Hypothetical Thought.” *Review of Philosophy and Psychology*, February. <https://www.researchgate.net/publication/323184598>.